

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 21 | Número 3 | Ano/período: setembro/dezembro 2022

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v21i3.14191

ISSN: 2763-8804

"Obscura tradição cultural" - representações sobre os indígenas na obra Capitania d'El Rey (1964)

Pamela Cristina de LIMA¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

LIMA, Pamela Cristina de; "Obscura tradição cultural" - representações sobre os indígenas na obra Capitania d'El Rey (1964) **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 21, n. 3, p.141-157, set/dez 2022.

Recebido em: 28/11/2022 | Aprovado em: 05/12/2022 | Publicado em: 21/12/2022

¹Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF) (bolsa CAPES – Modalidade II). Professora na Escola de Ensino Médio Sarandi e no Colégio Universos, ambas instituições localizadas em Sarandi-RS. Membro do Grupo de Trabalho História Intelectual e História dos Conceitos (ANPUH-RS) e do Núcleo de Estudos de Memória e Patrimônio (NEMEC-UPF). Autora das obras *Farrapos, bandeirantes e beduínos – uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX* (2021) e *Terra virgem, amor submisso – uma perspectiva decolonial* (2022).

“Obscura tradição cultural” – representações sobre os indígenas na obra Capitania d’El Rey (1964)

Resumo

A partir da análise discursiva dos escritos de Moysés Vellinho em Capitania d’El-Rei (1964), buscou-se compreender as maneiras como o autor representou os indígenas em sua peça de linguagem. Deste modo, analisou-se a escrita da história de Vellinho a partir da observação dos lugares sociais ocupados pelo autor, de sua carreira profissional até sua atuação em diferentes espaços de saber, sobretudo o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Utilizando-nos da perspectiva decolonial de análise, que toma como ênfase as permanências simbólicas e culturais dos períodos de colonização, observamos a historiografia velliniana a partir dos constructos que o autor mobilizou em torno dos indígenas enquanto grupo, bem como (e sobretudo) das mulheres indígenas. Em outros termos, partiu-se da necessidade de analisar o discurso de Vellinho por meio de um viés crítico, dismantelando formações discursivas que perpetuam visões errôneas, preconceituosas e violentas.

Palavras-chave: historiografia sul-rio-grandense; decolonialidade; análise de discurso.

“Obscure cultural tradition” – representations of indigenous people in the book Capitania d’El Rey (1964)

Abstract

From the discursive analysis of Moysés Vellinho's writings in Capitania d'El-Rei (1964), we sought to understand the ways in which the author represented the indigenous people in his language play. In this way, the writing of Vellinho's history was analyzed from the observation of the social places occupied by the author, from his professional career to his performance in different spaces of knowledge, especially the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Using the decolonial analysis perspective, which emphasizes the symbolic and cultural permanencies of the colonization periods, we observe the historiography of Vellinho from the constructs that the author mobilized around the indigenous people as a group, as well as (and above all) women indigenous. In other words, it started from the need to analyze Vellinho's speech through a critical bias, dismantling discursive formations that perpetuate erroneous, prejudiced and violent views.

Keywords: historiografia sul-rio-grandense; decoloniality; speech analysis.

"Tradición cultural oscura" - representaciones de los indígenas en el libro Capitania de El Rey (1964)

Resumen

A partir del análisis discursivo de los escritos de Moysés Vellinho en Capitania d'El-Rei (1964), se buscó comprender las formas en que el autor representó a los indígenas en su juego de lenguaje. De esta forma, la escritura de la historia de Vellinho fue analizada a partir de la observación de los lugares sociales ocupados por el autor, desde su trayectoria profesional hasta su actuación en diferentes espacios de conocimiento, especialmente el Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Utilizando la perspectiva del análisis decolonial, que enfatiza las permanencias simbólicas y culturales de los períodos de colonización, observamos la historiografía de Vellinho a partir de las construcciones que el autor movilizó en torno a los indígenas como grupo, así como (y sobre todo) a las mujeres indígenas. En otras

palabras, partió de la necesidad de analizar el discurso de Vellinho a través de un sesgo crítico, desmontando formaciones discursivas que perpetúan visiones erróneas, prejuiciosas y violentas.

Palabras clave: historiografia sul-rio-grandense; decolonialidad; análisis del discurso.

Quem me dera ao menos uma vez

Como a mais bela tribo

Dos mais belos índios

Não ser atacado por ser inocente

(Renato Russo, Índios, 1986).

Assim como a escrita da história possui o poder de construir versões sobre o passado e cristalizá-las, a partir da ótica de historiadoras e historiadores que a edificam, também é capaz de incluir em seus tortuosos caminhos aqueles sujeitos e grupos que foram retirados, omitidos e silenciados em suas tramas. Representações várias sobre os indígenas perpassam a historiografia, sobretudo no que tange a legitimações empreendidas acerca das violências às quais estes sujeitos estiveram e estão submetidos cotidianamente. Por outro lado, a escrita da história também nos oferece possibilidades de questionamento e crítica a partir da reflexão histórica, calcada em compreender mudanças e permanências. Trata-se, portanto, de observar o passado a partir de anseios e demandas do presente e, em primeiro lugar, de compreender o lado *humano* dos grupos e sujeitos em questão. Estudar história é, também, um exercício de sensibilidade – em narrativas fechadas, a pluralidade fica comprometida.

A partir das tonalidades e matizes de seu contexto, cada presente colore e atribui forma ao passado. Como artistas à frente de uma grande composição artística, historiadoras e historiadores mobilizam diferentes formas, tons e texturas em suas composições. Diferentemente do *pintor*, nosso arranjo não acontece com a tinta fresca na tela em branco. Nossa *tela* é composta por um emaranhado de outros tantos arranjos, aos quais daremos nova forma, sentido e significado. Nossos pincéis, que conduzem o *traçado*, são as teorias e métodos que elencamos. Nossa *tinta* são os conceitos, categorias de análise e fatos com os quais trabalhamos. Basilar a tudo isso é o tripé que nos sustenta – sem as fontes históricas, nada fazemos. São elas os vestígios do que fomos e as pistas para compreendermos o que/quem somos.

Nesta *tela*, o tripé que nos sustenta é também uma *obra de arte*, pincelada e colorida minuciosamente por um *artista* que nos precedeu e abriu várias frentes à ciência que hoje estudamos. Para além das metáforas, queremos dizer que nossa fonte é também uma obra histórica/historiográfica, produzida por um historiador muito prestigiado em seu contexto de atuação, seja pela magnitude de seus estudos, seja pela amplitude de sua atuação enquanto intelectual. Estamos nos referindo a Moysés Vellinho (1901-1980), iniciado na crítica literária porto-alegrense e marcadamente importante à consolidação do campo historiográfico no Rio Grande do Sul (e fora dele). O que intentaremos neste estudo, portanto, é agregar novos matizes a uma *tela* já construída, cujas cores e formas foram mobilizadas por seu autor a partir das balizas daquele contexto. Ao voltarmos nosso olhar para *Capitania d'El Rei – aspectos polêmicos da formação rio-grandense* (1964), buscamos observar atentamente cada tom empregado em sua composição, de modo a observar seus quês. Aliás, vamos além – em uma *tela* já composta, sempre cabem novos detalhes, enquanto outros já não têm mais espaço.

Moysés Vellinho foi marcadamente um dos maiores historiadores sul-rio-grandenses do século passado. Reconhecer isto é fundamental. Este fato, porém, precisa ser considerado em consonância à observação de pontos de sua historiografia que precisam ser repensados a partir de perspectivas de nossa contemporaneidade, uma vez que o autor acabou por construir versões do passado do Rio Grande que excluíram e violentaram sujeitos e grupos. Isto se agrava à medida em que consideramos a narrativa velliniana sobre os indígenas, uma vez que o autor tanto justificou as explorações do passado, quanto as perpetuou discursivamente em seu presente. Trabalhando a partir destes dois estratos de tempo, Vellinho legitimou uma série de brutalidades. Este estudo, assim, se justifica à medida que percebemos as permanências de visões preconceituosas em relação aos povos indígenas na atualidade, frutos em grande parte de desconhecimentos e visões estáticas que ressoaram ao longo do tempo, emanadas daqueles que detinham o poder e a legitimidade para fazê-lo. Colori-lo. Matizá-lo.

O século XX e a escrita da história do/no Rio Grande do Sul

Refletir acerca dos itinerários da escrita da história do/no Rio Grande do Sul implica considerar o contexto mais amplo da produção letrada. Isto se dá em função de os *lugares sociais* e as *instituições* terem se constituído enquanto estruturas de funcionamento (CERTEAU, 1982) basilares na consolidação de certas versões do passado brasileiro e sul-rio-grandense, em particular. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se deu no contexto de consolidação da jovem monarquia brasileira. Através da instituição, foram lançadas as bases da escrita de uma história oficial à Nação (GUIMARÃES,

1988; 2011). A partir de ditames relacionados aos laços de continuidade com a antiga metrópole, Portugal, deu-se a oficialização de matrizes historiográficas que priorizavam a atuação lusitana em sua narrativa, colocando-a como mote da integração, prosperidade e unidade nacionais. Estes traços teriam amplas ressonâncias na historiografia sul-rio-grandense, sobretudo a partir de 1920, quando foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), em Porto Alegre.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o descompasso entre o Rio Grande do Sul e o Brasil no aspecto político e cultural foi ficando cada vez mais evidente, até o ponto do Rio Grande do Sul ser considerado “um corpo estranho à nação”. Politicamente, os rio-grandenses foram perdendo (ou se dando conta da perda de) espaços no campo central de poder. Culturalmente, o Rio Grande do Sul tinha dificuldades de ser representado como parte do Brasil pela ênfase nas características regionais e de sua identidade, que o assemelhava mais aos países platinos do que ao Brasil, fato que, por sua vez, reforçava a perda de espaço político (MARTINS, 2015, p. 29-30).

Deste modo, em meio a uma “dupla dificuldade” frente ao todo, se tornou urgente aos letrados sul-rio-grandenses demonstrar a identificação do Rio Grande com o Brasil (âmbito cultural) e, ainda, buscar legitimação a esse discurso. Esta, por sua vez, se daria por meio da criação de um espaço social específico, institucionalizado, que aglutinasse os intelectuais em torno dele – o IHGRGS –, que congregou em seu entorno uma gama de letrados que, até então, encontrava-se disperso, sem um espaço social que lhes fosse próprio. A partir de sua formação, os letrados conheceram um espaço onde puderam trabalhar em prol de uma redefinição/atualização do meio intelectual/cultural do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, o Instituto consolidou a imagem e a visibilidade que os letrados do Rio Grande desejavam, e pela qual ansiavam em função do descompasso político-intelectual em relação ao todo.

A ideia de *regionalismo* foi norteadora na atividade de se pensar a história do Rio Grande, no século XX. Seja por interesses políticos, culturais, ou por ambos, redefinir o que se entendia por *regional* em relação ao Rio Grande fora a operação historiográfica (CERTEAU, 1982) fundamental dos intelectuais do IHGRGS. Assim, “o regionalismo assumiria a função de eixo estruturante da agenda intelectual, como ‘campo do pensável’ ou ‘problemática legítima’ de longa duração, no meio intelectual rio-grandense” (MARTINS, 2015, p. 55). Ainda conforme o autor, tal “eixo” fora estruturado em dois sentidos, sendo o regionalismo utilizado tanto como instrumento de lutas políticas das elites regionais, quanto afastado da ideia de “missão política” e aproximado da noção de “missão cultural”¹. Em

¹ Missão política, neste sentido, tange ao intento da intelectualidade sul-rio-grandense de legitimar o cenário político por meio da escrita da história e instrumentalização do passado ou, ainda, de inserir-se nele. Missão cultural, por outro lado, alude à intenção de inserir-se nos estudos sociológicos que estavam em voga, valorizando aspectos relacionados ao cotidiano, mentalidades e cultura popular. Ver CORADINI (2003) e NEDEL (2005).

ambos, porém, se faz presente a tensão entre a necessidade interna de redefinição e a busca pela inserção no meio intelectual nacional.

Se, nas décadas de 1920 e 1930, a produção historiográfica do IHGRGS fora pautada na ligação entre história e política partidária, uma vez que os letrados atuavam também como políticos, a historiografia, a partir da década de 1940, passou a buscar certo distanciamento da arena política, aproximando-se a temas ligados à cultura popular e ao estudo do Folclore. Os intelectuais, em muito influenciados pelas exitosas literatura e historiografia nordestinas do período, como o caso de Gilberto Freyre, buscaram novos objetos e abordagens à sua escrita da história. O conceito de regionalismo, neste íterim, foi muito importante para a reviravolta que a produção historiográfica sulina conheceu a partir da década de 1940. Houve um esforço para redefini-lo, buscando-se reabilitar tanto a imagem cultural do estado, quanto a própria credibilidade dos letrados do IHGRGS (NEDEL, 2005). Deste modo, fora objetivada uma nova definição ao conceito de regionalismo, que

[...] não deveria estar mais diretamente associada à mobilização política, ao contrário, se dava como reação ao antigo regionalismo estreitamente vinculado à política, e, também, como reação às novas condições nas relações “centro-periferia”, através da atualização do repertório que possibilitasse a competição com outros regionalismos (MARTINS, 2015, p. 230).

A partir de então, fora buscada pelos intelectuais a “fuga” de uma escrita da história que se relacionasse ao campo político. A produção historiográfica, dali em diante, se caracterizou pela busca de temáticas que envolvessem aspectos ligados à cultura, e atuando como crítica à produzida anteriormente. Não mais convinha aos intelectuais a elaboração de trabalhos que contassem com exaustivas citações a grandes personagens e feitos, mas sim, ao contrário, que tratassem de demonstrar aspectos típicos do Rio Grande e do gaúcho, sua *psique*, seus costumes, etc. Neste sentido, Moysés Vellinho atuou de maneira essencial na difusão e circulação de textos ligados à “nova forma de historiar” que se iniciou no Instituto sulino a partir dos anos 1940. O autor fundou a *Revista Província de São Pedro* (1945), na qual passou a atuar como antagonista da homogeneidade cultural proposta pela agenda do Estado Novo², buscando um lugar de destaque ao regional. O periódico se tornaria de extrema importância à aquisição de visibilidade intelectual e cultural aos letrados do Rio Grande, atuando como espaço privilegiado de publicação de ensaios, artigos e pesquisas (NEDEL, 2005; RODRIGUES, 2006; MARTINS, 2015).

Ao publicar *Capitania d’El Rei*, em 1964, Moysés Vellinho já havia se consagrado enquanto crítico literário e adquirido amplo espaço no cenário intelectual sul-rio-grandense, brasileiro e internacional (RODRIGUES, 2002; 2006; HERCHMANN, 2013), dada sua

2 Getúlio Vargas (1882-1954) foi um político nascido em São Borja (RS), que chegou à presidência da República em 1930, a partir de um movimento golpista. Vargas governou durante cerca de 20 anos, com pequenas interrupções. O período de 1937 a 1945 ficou conhecido como Estado Novo, tendo como marca um governo forte, autoritário e censurador.

atuação no IHGRGS, sua ida aos Estados Unidos e à Europa (anos 1950) e sua breve carreira como professor na UPA (Universidade de Porto Alegre). Já havia vivenciado, também, todo o processo de reordenamento da escrita da história do/no Rio Grande do Sul. As redefinições na narrativa velliniana, porém, seriam mais tênues. Ao passo que o autor valoriza os caracteres tomados como *regionais*, como a ligação do *gaúcho* ao ambiente do campo, também mantém em sua historiografia uma composição discursiva mais “conservadora”, construindo uma relação de necessidade entre a formação do Rio Grande do Sul e a atuação lusitana. Enquanto seus pares abriam-se a novos olhares, matizes e tons, Vellino seguia analisando e instrumentalizando o passado sul-rio-grandense a partir do eixo da colonização portuguesa e suas efemérides.

Como *pintor* de uma aquarela, o principal matiz empregado por Vellino seria a afirmação da proeminência lusitana, como fio condutor que seria responsável por atrelar a história sul-rio-grandense à do Brasil, colocando a primeira como parte incontestada da segunda. Tomando como central à sua obra esta noção de *pertencimento* do Rio Grande do Sul ao Brasil, Vellino se dedicaria a comprová-lo, dentro dos cânones que ditavam as regras da produção historiográfica em seu contexto de escrita, ou seja, os anos 1950-60, quando escreveu e publicou *Capitania d’El-Rei*. Em busca desta *comprovação*, Vellino erigiria uma série de justificações e atenuações, em prol da valorização dos atores sul-rio-grandenses nas tramas da história e do passado narrados, localizando-se em suas entrelinhas os quês de homogeneizações, preconceitos e violências. Nestes pormenores de seu discurso residem as marcas da escrita da história de seu contexto, caracterizadas pela proeminência de perspectivas que primavam pela valorização da herança lusitana na formação brasileira, em geral, e sul-rio-grandense, em particular (NEDEL, 2005; RODRIGUES, 2006). Não é possível/pertinente desvencilhá-lo, ainda, das diretrizes do IHGRGS, dado que o letrado compunha a cúpula da agremiação no período em que publicou *Capitania*. Este é um fator de peso para entender melhor o prestígio do qual Vellino desfrutou nos meios letrados da época, uma vez que o IHGRGS era percebido, naquele contexto, como instância legítima (MARTINS, 2015; 2019) da produção de conhecimento histórico no estado.

As representações sobre os indígenas

Em sua construção discursiva, Vellino não só menospreza os indígenas a partir de adjetivações desumanizadoras, altamente estereotipadas e alheias à pluralidade dos vários grupos nativos, como também autoriza a exploração de seus recursos e corpos. Alternando entre expressões de cunho agressivo e outras de conotação tênue, o autor vai tecendo uma trama na qual os indígenas aparecem como supostamente fadados ao insucesso, ligados a entes sobrenaturais (como os demônios) e inferiores em relação a todo e qualquer tipo social existente. Por mais que admita que a composição do *gaúcho* campeador e soldado tenha se

dado com a participação indígena, Vellinho a reduz em sua argumentação sobre o lado brasileiro do pampa, apresentando o suposto estado anárquico do lado platino como causado pela grande participação indígena e por supostas relações de ódio com o colonizador espanhol. Este quadro se agrava à medida em que se afunila a observação às mulheres indígenas, conforme ver-se-á adiante. Assim, o autor não só inferioriza e violenta epistemicamente os povos indígenas ao negligenciar sua pluralidade, como também o faz a partir de definições e termos que desumanizam e se mostram praticamente acríticos à escravização e violências disferidas contra os nativos no Rio Grande do Sul dos séculos XVII-XVIII. De maneira epistemicamente violenta, coloniza discursivamente (CURIEL, 2020) o território, os imaginários... os corpos.

Vellinho apresenta os indígenas de forma homogeneizada, explicando-os enquanto “contributivos” aos bandeirantes – os fins (trabalhos em prol da Coroa e de seu desenvolvimento) justificariam os meios (violências e exploração sistemática). São definidos, ainda, como “peças de serviço”, numa lógica discursiva que atribui mais efeito de “civilidade” na violência praticada pelo apresamento dos bandeirantes do que na catequese católica, vista como um malefício e uma doutrinação quando operada pelos jesuítas espanhóis, acusados de buscarem independência frente à Coroa de Castela (VELLINHO, 1970). A grande questão que intriga é que Vellinho cita, mas não critica de forma enfática, nem a violência física perpetrada pelos bandeirantes, nem a violência simbólica dos jesuítas em sua catequização forçada, alegando inclusive que os brasileiros possuiriam uma “dívida” para com os primeiros em função de sua ação desbravadora e “civilizatória”.

Vistos os fatos através da perspectiva histórica, e ordenados ao longo do processo em que se encadeiam, não há como pesar ou medir a dívida do Brasil para com o bandeirismo. Além da descoberta das minas [de ouro e pedras preciosas], além da disseminação das roças e fazendas de gado nos confins mais remotos, além das cidades cujas sementes eles lançaram à margem de suas loucas jornadas, a – o que devemos aos rudes bandeirantes, o que lhes devemos acima de tudo, e a despeito de seus pecados, é a vertiginosa dilatação das raias de um império, e, mais ainda, a elaboração dos fundamentos de um direito novo, o direito que seria a consagração de suas próprias conquistas [...]. Não sabemos se dentro do relativismo da História a causa da civilização não deve mais ao bandeirismo, com tôdas as suas violências, que à vã tentativa de resgatar o gentio pela segregação e erguê-lo de súbito, de seu ínfimo estágio de cultura, para a transcendência das verdades espirituais (VELLINHO, 1970, p. 66-67).

Deste modo, colocando o bandeirismo numa posição de destaque em relação à integração brasileira, o autor dá continuidade àquilo que outros pares já haviam defendido em seus escritos, colaborando na consolidação do mito da heroicidade bandeirante e de seu caráter basilar à formação brasileira, a partir da afirmação de sua ascendência lusitana. Era o

sangue português que se fazia transversalmente presente, da conquista à integração e civilização dos nativos. Vellinho ignora (ou busca ignorar), portanto, a violência presente nas incursões bandeirantes e o processo de maciça escravização de indígenas nelas ocorrido.

Embora afirme que a quantidade de indígenas no território sul-rio-grandense era pouco considerável e “de significação bastante medíocre” (VELLINHO, 1970, p. 162) quando do início do “desbravamento”, Vellinho dedica parte de seu texto para tratar das relações entre portugueses e nativos. O suposto tom amistoso que teria prevalecido nas relações e na organização passa, novamente, a ceder espaço para o tom violento no discurso do autor. A violência epistêmica (CURIEL, 2020) engendrada em afirmações como as de que os indígenas compunham um “pobre material humano” dotado de “incurável estupidez” e “gôsto de apanhar e sofrer” (VELLINHO, 1970, p. 84; 86; 90) cederia lugar à suposta indisposição dos povoadores do Rio Grande a perpetrarem violência. Gradualmente, o autor se contradiz. Da descrição de relações amigáveis entre colonizador e colonizado, migra-se para o tema da miscigenação e suas “benesses”, afunilando tal questão para as indígenas. Implicitamente, ao longo de sua argumentação, Vellinho demonstra o papel que cabia às mulheres nativas naquele contexto, no escopo de sua análise: a procriação com os portugueses. A partir de quês de violência e brutalidade, o autor celebraria uma versão da história que tinha como ênfase a formação de uma população “civilizada” – branca, educada nos padrões europeus e cristã –, negligenciando e justificando o tortuoso caminho de explorações. Na obscura aquarela em composição, parecia válida a premissa de que os fins justificam os meios.

Em meio a uma natureza solta, soltos os costumes, eram grandes os pecados reinantes, principalmente os da carne. [...] Se naquela confusão primitiva os próprios padres seculares comprometiam tantas vezes a austeridade da batina, se mesmo os jesuítas eram os primeiros a confessar, em sua correspondência, o arrojante esforço a que os obrigavam as tentações do demônio, era natural que os pioneiros, – portugueses ou filhos de portugueses, – afrouxados de todos os freios e impedimentos, buscassem no amor versátil e submisso das nativas uma compensação às durezas do isolamento (VELLINHO, 1970, p. 68-69).

Vellinho parece justificar a ação dos portugueses a partir da conduta dos padres da Companhia de Jesus – se os que juravam celibato incorriam no “pecado”, como os leigos resistiriam? Entra, neste ponto, o discurso de cunho religioso – o autor apela à legitimidade da batina, ou seja, da posição de padre, para alegar que nem mesmo esta condição teria “livrado” aqueles homens das tentações do “demônio”. Neste sentido, chega-se a uma interpretação que conduz a pelo menos duas possibilidades: a) a demonização da indígena, como símbolo de pecado em função de não praticar a religião cristã; b) a comparação do meio a um “inferno”, onde não haveria ordem ou organização.

A ideia de “amor submisso” se conecta com a afirmação de que havia “fúria” nas relações dos colonizadores com as indígenas. Este é o indício de que ocorriam a partir da dominação e submissão, e não de um sentimento de consentimento por parte das mulheres que eram brutalmente usadas pelo colonizador. O que Vellinho faz, assim, é justificar a exploração sexual desmedida por parte dos europeus, “sem lei nem medida”. A partir de sua autoridade enquanto sujeito falante³ e da respeitabilidade de seu discurso (ORLANDI, 2001), Vellinho não só atenuaria a brutalidade da apropriação dos corpos, como também a apresentaria como uma forma de garantir o povoamento e a conquista.

Expressões usadas para referir aos indígenas em *Capitania d’El Rey* (1964)

Indígenas
• Gentio • Almas carregadas • Peças de serviço • Aguerrido e bem apetrechado exército indígena (ao dispor dos jesuítas espanhóis) • Bons selvagens • Casco autóctone • Milênios de atraso • Reações brutais (lideranças religiosas indígenas) • Agentes do demônio (lideranças religiosas indígenas) • Gente ou bicho • Estupidez • Obscura tradição cultural • Livre como os bichos do campo • Material humano [...] do mais baixo teor • Casco indígena • Pobre gente • Em estado de franca regressão • Sua inteligência, sob a educação dos padres, evoluía satisfatoriamente até os doze anos. Aí parava ou entrava em processo de involução • Aversão ao trabalho • Irresponsabilidade • Instabilidade de caráter • Inclinação para os vícios

³ Vellinho, enunciador do discurso em análise neste estudo, usufrui de seu prestígio para tratar dos temas sobre os quais escreveu, apresentando perspectivas que se consolidaram como respeitáveis e plausíveis mesmo contendo premissas problemáticas e violentas.

- Imitação
- Infantilidade
- Guerreiros (indígenas, apenas quando comandados)
- Inferioridades
- Pobre material humano
- Alma primitiva
- Maus e velhacos (índios platinos órfãos)
- Inconstância
- Incapacidade
- Preguiça
- Depravação
- Incurável estupidez
- Deviam ser animais perfeitos
- Liberdade selvagem
- Seres primitivos
- Alicerce humano tão vil
- Encontrava-se a milênios da civilização
- [Carecia de] resquícios de hombridade
- Iam, cheios de lamúrias, oferecer o lombo para o chicote (índios nas Missões)
- Aceitar o castigo [...] com certo prazer
- Passividade
- Amestrados (pelos jesuítas)
- Fantasma na história rio-grandense (Sepé Tiaraju)
- Desventurado (Sepé Tiaraju)
- Hostilidade (guarani)
- Estranho (Sepé em relação à história sul-rio-grandense)
- Herói missioneiro (Sepé Tiaraju)
- Auréola mítica (Sepé Tiaraju)
- Escarmentados sobreviventes de uma raça desbaratada
- Índios domesticados
- Catecúmenos (das Missões)
- Jamais poderia ser contado como fator positivo de civilização (indígenas missioneiros)
- Significação bastante medíocre
- Súditos da Espanha (guarani aldeados)

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província. As informações entre parênteses são da autora.

Quando Moysés Vellinho discorre sobre a chegada dos bandeirantes aos pagos do atual Rio Grande do Sul, em *Capitania d'El-Rei* (VELLINHO, 1970) acaba por enfatizar as dificuldades que enfrentaram no caminho e o cansaço da viagem território adentro. Ao longo de sua narrativa, evidencia-se um fenômeno que manifesta a violência epistêmica do autor – a sexualização do meio e das indígenas. Em relação ao primeiro, Vellinho faz uso de expressões que aludem à prática sexual com um quê de feminização; no que tange às últimas, o autor ratifica canonicamente a exploração de seus corpos como forma de “aliviar as tensões” dos colonizadores e de garantir a multiplicação da gente. Vellinho parece justificar a ação dos portugueses a partir da conduta dos padres da Companhia de Jesus – se os que juravam celibato incorriam no “pecado”, como os leigos resistiriam? Entra, neste ponto, o discurso de cunho religioso – o autor apela à legitimidade da batina, ou seja, da posição de padre, para alegar que nem mesmo esta condição teria “livrado” aqueles homens das tentações do “demônio”. Neste sentido, chega-se a uma interpretação que conduz a pelo menos duas possibilidades: a) a demonização da indígena, como símbolo de pecado em função de não praticar a religião cristã; b) a comparação do meio a um “inferno”, onde não haveria ordem ou organização.

Durante todo o texto, a construção discursiva de Vellinho aponta para a legitimação do uso dos corpos femininos em prol de uma benesse maior – a mistura “racial”. Ao longo de sua escrita, percebe-se uma estruturação voltada à justificação da exploração sexual, que é atenuada e calcada num pressuposto de “necessidade” – só assim o Brasil passaria ao rol dos países “civilizados”. Vellinho, dentro destes propósitos, empregaria vários termos e expressões em tom de adjetivação, construindo caracteres e aplicando-os às nativas, numa violenta e brutal estruturação discursiva.

Representações das mulheres indígenas na obra *Capitania d'El Rei* (1964)

Mulheres indígenas
• Limpas de corpo • Cheiro de pecado • Rudes fêmeas • Tentações do demônio; • Amor versátil e submisso das nativas • Estupidez • Livre como os bichos do campo

- Aversão ao trabalho
- Irresponsabilidade
- Natureza solta, soltos os costumes, pecados reinantes, pecados da carne
- Convites à luxúria
- Amor submisso
- Instabilidade de caráter
- Inclinação para os vícios
- Imitação
- Infantilidade
- Inferioridades
- Pobre material humano
- Alma primitiva
- Liberdade selvagem
- Seres primitivos
- Alicerce humano tão vil
- Encontrava-se a milênios da civilização
- Suplícios voluntários
- Gosto de apanhar e de sofrer
- Restos de gente
- Sombras apáticas e estuporadas

Fonte: VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El-Rei* – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província. Muitas das expressões são aplicadas aos indígenas em geral, motivo pelo qual estão relacionadas acima.

Calcadas nos constructos acerca dos nativos – homogeneizados e desrespeitados em sua pluralidade – repousam as adjetivações acerca das mulheres indígenas. Estereotipadas, sexualizadas e apresentadas discursivamente como estando ao dispor dos invasores portugueses, as indígenas seriam representadas como barrigas necessárias à miscigenação, parte fundante da obsessão velliniana quanto à afirmação da lusitanidade brasileira e brasilidade sul-rio-grandense. Apontando as explorações sexuais como “amor submisso” (VELLINHO, 1970), Vellinho não questiona a brutalidade sexual perpetrada pelos portugueses/bandeirantes, afirmando-a como necessária à povoação do Rio Grande. A partir de suas penas, prossegue epistemicamente a violência física perpetrada por aqueles homens do passado, por ele glorificados, citados e defendidos. Eis os traços da colonialidade (HOLLANDA, 2020) violenta que persiste nos textos de Vellinho, mantendo visões matizadas por preconceitos e desumanizações que informaram o saber (QUIJANO, 2014) produzido acerca do passado sul-rio-grandense.

Considerações finais

A peça de linguagem tecida por Moysés Vellinho em *Capitania* é parte de um discurso que a antecede e sucede. Este discurso defende a lusitanidade brasileira e, por extensão, sul-rio-grandense, calcando-se na miscigenação e nas violências várias que o processo de dominação dos territórios e dos corpos implicou, legitimando-o a partir de construções discursivas que atenuam e sutilizam atos brutais. Isto se torna perceptível à medida que se evidencia a valorização lusitana apregoada desde o início da escrita da história no/do Brasil, ainda no século XIX. Já no século XX, outros autores dariam continuidade a discursos calcados no conservadorismo e unitarismo brasileiros, mantendo formações discursivas fundamentadas na suposta imprescindibilidade da atuação lusitana e das heranças positivas desta, construindo de maneira velada e igualmente violenta uma formação nacional fadada ao insucesso caso não tivesse havido intervenção portuguesa. Intrusão, diga-se de passagem.

O que Vellinho perpetra ao longo de sua análise sobre o passado sul-rio-grandense constitui-se enquanto colonização discursiva e violência epistêmica (CURIEL, 2020). Em outras palavras, o autor utilizou-se de expressões e afirmações de cunho violento para descrever o passado sul-rio-grandense, tendo por fim convencer o leitor de que os indígenas, dentro da imposição binária ocidental homem-mulher, foram escravizados/explorados em prol de um bem maior: a civilização. A partir da autoridade da qual desfrutava enquanto membro e dirigente do IHGRGS, instituição de renome, Vellinho consolidou uma formação discursiva que não considerou a instância da experiência e do vivido das mulheres que define como portadoras de um “amor submisso”, construindo uma narrativa desumanizadora e brutal que atenua todos os tipos de exploração e apropriação.

Ao longo de *Capitania*, Vellinho tratou de temas variados relacionados à formação sul-rio-grandense e sua relação direta com a constituição e proteção do Brasil, numa retórica voltada a atenuar violências e enfatizar as supostas benesses da exploração europeia, descrita por ele como colonização (VELLINHO, 1970). Evidencia-se, em meio a esta formação discursiva, a inserção numa torrente de outros discursos amalgamados em torno de alguns eixos principais, sobretudo a imaginação violenta sobre o corpo e a construção de sua historiografia a partir da ideia de “descobrimento do Brasil”. No primeiro caso, percebe-se que o autor subordina a corporeidade das/dos indígenas aos interesses dos exploradores lusos, tornando-os coisas tão supostamente a dispor daqueles homens quanto as terras e demais recursos. Constrói-se os nativos como “os outros” na relação com os europeus, conjuntura discursiva na qual o corpo corresponderia ao destino – estar na natureza, ser nativo, corresponderia a atender às demandas exploradoras de trabalho e sexo forçado. Estupro justificado.

Ao afirmar a inferioridade indígena, Vellinho ratificaria as teses de docilidade e necessidade de tutela que seriam inerentes a este grupo. Além disso, transformaria os corpos femininos em símbolos de perversão, legitimando o estupro como algo “normal”, parte da vida e um “sacrifício necessário” em prol do entrecruzamento com a genética portuguesa. Isto pode ser observado quando o autor procede à comparação das mulheres ao demônio, ente perverso para a religião católica, da qual eram adeptos tanto os portugueses, quanto Vellinho, ou mesmo à sua afirmação enquanto uma “tentação”.

Meio e nativos dominados. Colonização expandida. Procriação efetiva. Mistura civilizatória. Eis a forma de uma obra que se constrói a partir da colonização discursiva e se encharca de sangue até a última página.

Fonte:

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El-Rei** – aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Coleção Província.

Referências:

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORADINI, Odaci Luís. As missões da cultura e da política – confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2199/1338>. Acesso em: 17/10/2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje** – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-138.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1988, p. 5-27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2011. Edições ANPUH.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. In: _____ [org.]. **Pensamento feminista hoje** – perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10-37.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MARTINS, Jefferson Teles. O papel do Gabinete de Pesquisa em História do Rio Grande do Sul na tomada do bastão historiográfico do IHGRGS pela UFRGS. In: SOARES, Fabrício Antônio Antunes; MARTINS, Jefferson Teles [org.]. **História e Historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: Editora da UNESC, 2019, p. 223-252.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História), PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 07 fev. 2020.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: CLÍMACO, Danilo Assis [org.]. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 777-832.

Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>.

Acesso em: 28 mar. 2022.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e de História da UPA/UFRGS 1943-1950**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198347>. Acesso em: 07 abr. 2022.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964**. Tese (Doutorado em História). UFRGS, 2006.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8082>. Acesso em: 07 fev. 2020.